



Renan Calheiros (D) acompanha a reunião do conselho político do PMDB, ao lado de Michel Temer, José Sarney e Orestes Quércia

PMDB integrará coalizão de governo

O conselho político do PMDB decidiu participar da coalizão que deve sustentar o novo mandato do presidente Lula. O presidente do Senado, Renan Calheiros,

disse que caberá ao PMDB aprimorar a coligação, fazendo propostas. Em Plenário, três senadores comentaram a decisão. Romero Jucá e Ney Suassuna lembraram

as condições programáticas impostas por seu partido, enquanto João Batista Motta, do PSDB, manifestou descrença em promessa de Lula. **Página 4**

Em busca da transparência nas ONGs

Senadores dizem que recursos públicos para o setor precisam ser mais fiscalizados. Especialistas apontam deficiência da legislação

A senadora Ideli Salvatti afirmou ontem, no 2º Fórum Senado Debate Brasil, que a correta aplicação dos recursos públicos exige necessariamente a prestação de contas. Já Mozarildo Cavalcanti chamou atenção para a necessidade de um marco

regulatório específico para o terceiro setor. De acordo com o senador, há muitas ONGs sérias e, por isso, “é preciso separar o joio do trigo”. Especialistas e autoridades que participaram dos debates advertiram que leis contraditórias dificultam a ação do setor. **Página 7**

Ideli propõe debate sobre déficit da Previdência

A líder do PT, Ideli Salvatti, sugere ao Congresso Nacional que abra discussão sobre o déficit da Previdência Social. Mas se declara contrária a uma eventual nova reforma para o setor. **Página 3**

Cristovam quer garantir jornada integral nas escolas

Em discurso na tribuna, o senador Cristovam Buarque manifesta preocupação com um possível atraso na votação do projeto que institui a jornada de oito horas nas escolas de ensino fundamental. **Página 5**

Congresso pede fim da violência contra a mulher

Cumprimento de leis que punem agressores é cobrado por parlamentares em sessão do Congresso Nacional. **Página 8**



Serys (entre Jandira Feghali e Iara Bernardi) abre sessão do Congresso Nacional



Sindicalistas são a favor da contribuição assistencial, que é criticada pelo governo

Representantes de sindicatos e do Ministério do Trabalho discutiram ontem no Senado projeto que regulamenta contribuição assistencial. **Página 2**



Paim (falando ao microfone) coordena debate sobre sua proposta de mudança na CLT

Impresso Especial

5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Representantes dos trabalhadores e de órgãos governamentais discutem, em audiência pública promovida por subcomissão, projeto de Paulo Paim que regulamenta cobrança



Paulo Paim, entre Mauricio Correia de Mello e José Carlos Perret Schulte, preside reunião da Subcomissão do Trabalho e Previdência

Sindicatos defendem contribuição assistencial; ministério critica

Representantes de entidades sindicais e do Ministério do Trabalho participaram ontem de audiência pública na Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência sobre o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que acrescenta capítulo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamentando a chamada contribuição assistencial.

Esse desconto se destina ao financiamento da negociação coletiva e de atividades como assistência médica, odontológica e jurídica. Enquanto os dirigentes sindicais são a favor da proposta, o Ministério do Trabalho alerta para o fato de ser criada nova contribuição para os trabalhadores.

Pelo projeto de Paulo Paim (PLS 248/06), que deverá entrar na pauta da Comissão de Assuntos

Sociais (CAS) – a que está vinculada a subcomissão –, na próxima quarta-feira, para decisão terminativa, o desconto da contribuição assistencial será compulsório e não poderá ultrapassar o percentual de 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade. Com a aprovação, sustentam os sindicalistas, será colocado um ponto final nas constantes interferências do Ministério Público do Trabalho, que tem posto em dúvida, segundo eles, a legalidade dessa cobrança, uma vez que não está regulamentada em lei.

Desrespeito

Conforme Paim, as entidades sindicais vêm enfrentando “verdadeira maratona” para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições

assistenciais. No entender do parlamentar, isso representa um total desrespeito ao princípio da autonomia e da liberdade sindical.

A representante do Ministério do Trabalho, Shakti Borela, deixou claro que o projeto, na prática, cria uma nova contribuição para os trabalhadores. Mas, para os representantes dos empregados, como Gladir Antonio Basso, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), e Quintino Marques Severo, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a contribuição “é vital para a própria sobrevivência do movimento sindical”. O procurador do Ministério Público do Trabalho, Mauricio Correia de Mello, disse que lutará para que se encontre um consenso.

Fátima Cleide propõe crédito educativo para pós-graduação

Tramita na Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, projeto de Fátima Cleide (PT-RO) com o objetivo de criar o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação (PCE-PG).

A proposta (PLS 304/06) visa complementar os programas de concessão de bolsas de mestrado e doutorado administrados pelo CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

– Os programas dessas instituições não estão conseguindo acompanhar a expansão da pós-graduação no Brasil. O valor das bolsas tem sofrido deterioração progressiva – observou.

Para financiar o programa, a senadora propõe a criação de um fundo constituído por 5% da renda líquida das loterias da Caixa Econômica Federal e por 15% dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados



Proposta de Fátima Cleide tramita na CE e visa complementar bolsas de estudo

no prazo de prescrição. Além disso, prevê dotações orçamentárias; transferências de recursos de outros fundos ou programas públicos, e outras fontes.

“A doação de pessoas físicas e jurídicas, com estímulo ao incentivo fiscal, está consagrada em países desenvolvidos. Ex-alunos que concluíram atividades de pesquisa, sua formação acadêmica com apoio do Estado, poderão contribuir para o financiamento dessas atividades”, diz a parlamentar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Videoaulas de Ciência Política

Será lançado na próxima quarta-feira, às 18h, no Salão Nobre do Senado, o volume 1 das Edições Unilegis de Ciência Política, intitulado “Introdução à Ciência Política”, juntamente com dez videoaulas sobre o tema, para curso de educação a distância disponibilizado em DVD. O conteúdo da obra e as aulas estão a cargo do consultor e cientista político professor Octaciano Nogueira Filho.

Plenário

Sessão não-deliberativa, às 9h. É destinada a pronunciamentos de parlamentares e avisos da Mesa diretora. Estão inscritos como oradores os senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e João Batista Motta.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h, às 14h e às 18h30 para votar projetos de lei e mensagens. A reunião será no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e João Batista Motta

Delcídio quer mais agilidade na discussão e aprovação do Orçamento

Retomando o primeiro discurso que fez no Senado, há quatro anos, Delcídio Amaral (PT-MS) voltou a defender a “urgente e grave necessidade” de o Congresso aprofundar tanto o debate sobre os programas de governo quanto sua participação no planejamento estratégico de longo prazo. O senador disse que, para isso, os parlamentares têm de criar mecanismos que agilizem a apreciação e a aprovação das leis orçamentárias.

– Independentemente de opções ideológicas ou partidárias, de questões regionais e de interesses setoriais, não se pode admitir que o projeto de lei orçamentária para 2006 somente tenha sido encaminhado à sanção em maio; e que a lei de diretrizes orçamentárias para o ano fiscal de 2007, encaminhada em abril, ainda não tenha sido apreciada – disse.

Para Delcídio, o Executivo também precisa promover mudanças na forma de lidar com o Orçamento, pois todos os anos, “com uma constância gregoriana”, o Ministério da Fazenda libera os recursos “em doses homeopáticas”, por medo de não alcançar as metas de arrecadação. No



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Delcídio defende participação maior do Congresso no planejamento de longo prazo

entanto, acrescentou ele, quando volumes maiores de recursos são enfim liberados, os ministérios nem sempre dispõem de projetos condizentes com as verbas.

O senador assinalou que o Brasil paga um elevado preço por não dar maior importância ao planejamento estratégico de longo prazo.

– Hoje, embora com maior nível de definição regulatória que há quatro anos, os investidores estão reticentes, o governo parece inerte e a sociedade continua preocupada diante da possibilidade de um novo apagão. Situações idênticas se repetem em outros setores, como o de transportes, com reflexos graves na elevação dos custos da economia e na perda de competitividade – concluiu.

Flexa Ribeiro defende redução mais acelerada da taxa Selic

Segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é fundamental que a Selic – taxa básica de juros da economia brasileira – seja reduzida de forma mais acentuada. Ele observou que, apesar de o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) ter anunciado, na última quarta-feira, a redução da taxa em 0,5 ponto percentual, para 13,25% ao ano, a tendência é que a taxa Selic caia de forma mais lenta a partir de 2007, pois, de acordo com o senador, a estimativa do mercado é de que chegue ao final do próximo ano em 12%. Para Flexa, isso seria “lamentável para o crescimento da economia brasileira”.

O parlamentar avaliou que a economia tem condições de suportar uma redução mais acelerada da Selic, o que levaria a taxa de juros real do Brasil a um patamar mais compatível com a praticada internacionalmente. Em termos de juros reais (descontada a inflação, de cerca de 3,5%, projetada para os próximos 12 meses), observou Flexa Ribeiro, o Brasil se mantém na liderança do ranking mundial, com uma taxa de 8,7% ao ano.

– A elite financeira nada tem a



Para Flexa Ribeiro, elite financeira do país nada tem a reclamar de Lula

reclamar de Lula, pai dos pobres e mãe dos ricos – afirmou.

Flexa Ribeiro defendeu, ainda, a correção da tabela do Imposto de Renda nos moldes propostos inicialmente pelo relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO) – 10% em duas parcelas.

Ele também afirmou que o Bolsa Família precisa de ajustes, para garantir que o beneficiado saia com condições de ingressar no mercado de trabalho por conta própria.

Em aparte, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) ressaltou que, quando se trata da economia e do desenvolvimento do país, “não existem partidos”.

Se o benefício fiscal é importante para o Brasil, o país tem de pagar por isso, e não aqueles que contribuem para a Previdência, defende a líder do PT

Ideli propõe que Congresso discuta déficit da Previdência

Para Ideli Salvatti (PT-SC), o Congresso deveria abrir discussão sobre o déficit da Previdência Social, estimado em R\$ 42 bilhões. Na última quarta-feira, a questão foi abordada pelo ministro da Previdência, Nelson Machado, em reunião de quase três horas com a bancada do PT no Senado. A pauta do encontro também incluiu o projeto de lei do Executivo que cria a Super-Receita (PLC 20/06) e o que muda o cálculo do auxílio-doença (PLS 261/05), apresentado por Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na conta do déficit previdenciário, observou a líder do PT, costuma-se incluir valores relativos à renúncia fiscal concedida a entidades filantrópicas nas áreas de saúde e educação e a micro e pequenas empresas cobertas pela Lei do Supersimples, além da aposentadoria rural não-contributiva, custo que acabaria sendo assumido pelos contribuintes do sistema previdenciário.

– Se o benefício fiscal é importante para o Brasil, o país tem de



Ideli: custos do déficit são assumidos por contribuintes do sistema previdenciário

pagar por isso, e não aqueles que contribuem para a Previdência – afirmou a senadora.

Ideli acredita que a definição do perfil desse débito não pode prescindir da identificação e distinção entre os benefícios de caráter previdenciário e assistencial. A forma de contabilizar cada tipo de benefício pode concorrer para aumentar ou reduzir o déficit, acrescentou.

Em relação à realização de uma nova reforma da Previ-

dência, a petista a considera desnecessária no momento, lembrando que muitos pontos da última reforma ainda não foram regulamentados.

Auxílio-doença

O aumento expressivo na concessão de auxílio-doença, que saltou de 569 mil benefícios em 2000 para 1,618 milhão em 2005, também levou a líder do PT no Senado a defender mudanças em sua forma de cálculo. Para reforçar essa necessidade, Ideli revelou que os gastos previdenciários pularam, entre 2000 e 2005, de R\$ 4 bilhões para R\$ 13 bilhões.

Além da terceirização do serviço de perícia médica, teria contribuído para onerar essa despesa o fato de o benefício ser calculado pela média salarial do trabalhador em toda a sua vida profissional. Isso fez com que mais de 50% dos benefícios superassem o valor do próprio salário do trabalhador, tornando-se, assim, um incentivo para fraudes.

Osmar alerta para processo de desindustrialização do país

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o país passa por um processo de desindustrialização. Ele considerou o crescimento de apenas 0,5% do produto interno bruto (PIB), no último trimestre, como “uma luz vermelha que se acende, principalmente na indústria”.

O senador disse ainda discordar da declaração do presidente Lula – com quem manteve encontro na última terça-feira – de que o governo teria sido “pego de calças curtas”, referindo-se à crise na agricultura.

– Alertei aqui várias vezes: a agricultura seria, sem nenhuma dúvida, fator de contaminação dos outros setores da economia – recordou.

No entanto, o parlamentar ressaltou que a agricultura cresceu acima da média no trimestre (1,1%), o que indica o começo de uma recuperação, “mas muito mais por fatores externos do que por políticas internas”. Osmar destacou também relatório inter-

nacional, segundo o qual, sem a definição de um marco regulatório e a realização das reformas estruturais prometidas e não cumpridas, por este e por outros governos, o Brasil só conseguirá “índices anêmicos” de crescimento.

Osmar Dias salientou que não apenas o governo federal, mas também os estados são responsáveis pelo baixo crescimento econômico do Brasil. Criticou a desaceleração industrial ocorrida em seu estado, o Paraná, em virtude do que considera decisões equivocadas do atual governador, Roberto Requião, que teriam levado a uma queda de 3% na indústria do estado no último trimestre. Citou como exemplos desse equívoco a compra de uma usina dos Estados Unidos que, por contrato, em alguns anos o estado receberia de graça, e a divulgação de falsa informação sobre existência de foco de febre aftosa no estado.

O senador lembrou ainda advertência, recentemente feita



Estados também são responsáveis por baixo crescimento econômico, diz Osmar

pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de que o governo deveria trocar o Bolsa Família por políticas públicas permanentes, uma vez que esse tipo de programa emergencial, de acordo com a entidade, tende a “viciar” seus beneficiários.

Em aparte, Delcídio Amaral (PT-MS) disse ser necessário corrigir os rumos da economia com medidas como o estabelecimento de marcos regulatórios, investimento em infra-estrutura, seguro-agrícola, e combate à febre aftosa em conjunto com países vizinhos.

Senadores comentam, em pronunciamentos no Plenário, formalização de apoio partidário ao segundo mandato de Lula

PMDB vai participar da coalizão de governo

A decisão do conselho político do PMDB de que o partido vai participar da coalizão que deve dar sustentação ao segundo mandato do presidente Lula foi ontem tema de três pronunciamentos em Plenário: do líder do partido, Ney Suassuna (PMDB-PB), do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e do senador João Batista Motta (PSDB-ES). Pela manhã, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), participou da reunião do conselho político do partido e defendeu a decisão tomada: “Não vejo como o PMDB possa cumprir estrategicamente o papel que a História e as urnas lhe reservaram senão aprimorando a coalizão, definindo os fundamentos da coalizão, fazendo propostas. Eu trabalharei para que isso aconteça”.

Decisão

Há nove dias, o presidente do partido, deputado Michel Temer, recebeu do presidente da República uma proposta de agenda mínima em troca do apoio do PMDB ao governo. Com sete itens, as proposições dessa agenda vão desde a reforma política e tributária até a criação de um conselho político composto pelos partidos da coalizão, além de mudanças nas políticas econômica, fiscal e monetária.

De acordo com Renan, essa coalizão tem o objetivo de juntar os partidos na governabilidade, mas com fundamento programático. Referindo-se à reforma política, um dos itens desse entendimento desejado por Lula, ele disse que a matéria já andou 50% do seu caminho, porque já foi votada no Senado.

Nos discursos que antecederam a decisão do PMDB pela coalizão, o senador José Sarney (PMDB-AP) homenageou a presença, no auditório, do ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, agora eleito deputado federal. E disse que o PMDB estava ali celebrando um especial momento de entendimento e unidade.

– Quando, em 2001, decidi apoiar a candidatura de Lula à Presidência da República, o fiz achando que ele era melhor para o Brasil e acho isso até hoje.

Igualmente emocionado, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o governo Lula deixa muito a desejar no compromisso com a ética e com a seriedade e que, para fazer parte desse governo, o PMDB também teria que mudar.



Na reunião do conselho político do PMDB, Renan Calheiros (D), Michel Temer, José Sarney e Orestes Quércia

Para Jucá, decisão ajuda a construir um novo país

Ao comunicar que o conselho político do PMDB aprovou ontem, por maioria, o ingresso do partido na coalizão política proposta pelo presidente Lula, o senador Romero Jucá destacou que o entendimento se deu a partir de temas como um novo pacto federativo, as reformas tributária e política e o desenvolvimento dos estados.

– Fico feliz que o dia emblemático para a coalizão tenha se dado na data do meu aniversário. Como líder do governo no Senado, não posso deixar de comemorar. Talvez essa construção política tenha sido o maior presente que eu poderia receber. Essa decisão do PMDB vai ajudar o presidente Lula a construir um novo país.

Jucá ressaltou que os dirigentes do PMDB resolveram que cada tema proposto pelo presidente será discutido para que o partido possa apresentar suas propostas. Segundo o senador, também foi definido que serão apresentadas ao presidente da República sugestões para garantir o desenvolvimento sustentado da Amazônia.



Jucá destaca que serão apresentadas sugestões para desenvolver a Amazônia

Suassuna lembra condições impostas pelo partido

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna, festejou da tribuna a união do partido, que decidiu “praticamente por unanimidade” participar da coalizão política proposta pelo presidente Lula.

– O PMDB, finalmente, está unido. Podemos dizer que a decisão foi unânime, pois só houve uma abstenção e dois votos contrários em 150 – disse Suassuna.

O senador citou as condições impostas pelo PMDB para integrar a coalizão, entre elas a realização das reformas política e fiscal, compromisso com o crescimento econômico e novo pacto federativo para “uma melhor distribuição dos impostos” entre União, estados e municípios. Ele mencionou ainda o compromisso do governo de consolidar os programas da área social. Lembrou que os partidos da coalizão terão voz no novo conselho político criado pelo presidente Lula.

– O PMDB está na lembrança do povo a cada eleição. Não é à toa que fizemos nas últimas eleições a maioria nas duas Casas do Congresso.



“O PMDB, finalmente, está unido”, constata o líder Ney Suassuna

Motta descrê da promessa de crescer 5% no próximo ano

Ao comentar o ingresso do PMDB na coalizão governista, João Batista Motta afirmou que esse acordo tem de ser baseado nos interesses da população.

– Eu queria que essa coalizão não fosse realizada somente a partir dos interesses de políticos.

O senador defendeu maior crescimento econômico, mas manifestou descrença quanto à capacidade de o presidente Lula concretizar sua promessa de que o produto interno bruto (PIB) aumente 5% no ano que vem.

– Na hora de materializar essa promessa é que a coisa pega. Ele [Lula] precisa tomar as providências para que isso ocorra – disse o senador, acrescentando que o presidente tem consciência de que os valores do salário mínimo e dos benefícios concedidos pelo programa Bolsa Família “são esmola e não recompensam a luta do trabalhador no dia-a-dia”.

Motta criticou ainda a política cambial: “Um país que mantém o dólar a aproximadamente R\$ 2 não permite que as pessoas exportem seus produtos”.



Motta: “Lula está consciente de que valores do mínimo e do Bolsa Família são esmola”



“O CAN tornou o Brasil conhecido dos brasileiros”, observa Augusto

Augusto enaltece trajetória do Correio Aéreo

Em discurso no Plenário, Augusto Botelho (PDT-RR) enalteceu a trajetória do Correio Aéreo Nacional (CAN). O senador lembrou que a origem da instituição remonta ao ano de 1931, quando os correios aéreos do Exército e da Marinha se uniram para formar o Serviço Postal Aéreo Militar. Esse foi o primeiro nome do Correio Aéreo Militar, que, em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, é transformado no CAN.

– O CAN tornou o Brasil conhecido dos brasileiros, incorporou as regiões mais densamente povoadas àquelas áreas secularmente relegadas ao esquecimento. Possibilitou, enfim, que a nação compreendesse a rica diversidade de que é feita – disse o senador.

Augusto louvou as figuras de então major Eduardo Gomes, comandante do Grupo Misto de Aviação, um dos mentores do Serviço Postal Aéreo Militar, e também dos tenentes Casimiro Montenegro Filho e Nelson Freire Lavenère-Wanderley, da Aviação Militar, que fizeram a primeira viagem do CAN, levando uma mala postal com duas cartas, do Rio de Janeiro para São Paulo.

Na região amazônica, frisou o parlamentar, os aviões do CAN foram por décadas o único meio de contato com as populações indígenas e as comunidades de difícil acesso. Extinto na década de 90, o Correio Aéreo foi reativado em 2004, tendo sido iniciada recentemente uma nova rota para Roraima.

Augusto Botelho aproveitou para pedir ao governo federal que dê às Forças Armadas condições indispensáveis ao bom desempenho de sua missão.

Roosevelt Pinheiro

José Cruz

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Plenário homenageia os evangélicos

A passagem do Dia do Evangélico, comemorada ontem no Distrito Federal, foi lembrada no Plenário em discursos de Marcelo Crivella, Heloísa Helena e José Sarney. Crivella disse

que o Evangelho é “o melhor remédio para a alma humana”. Heloísa lembrou que a data foi sancionada pelo então governador e hoje senador Cristovam Buarque. Sarney assinou que o trabalho desses

religiosos lembra “aquilo que era a Igreja primitiva, a Igreja dos pobres”, mas com ensinamentos de fácil compreensão. Em apartes, Patrícia Saboya e Edison Lobão também reverenciaram os evangélicos.

Marcelo Crivella



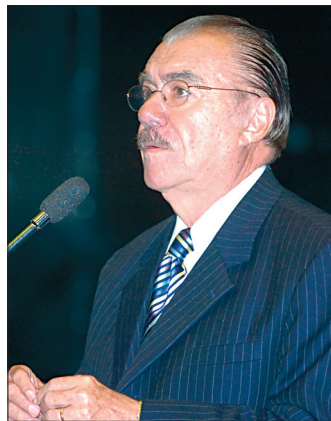
Gabinete do senador

Heloísa Helena



Roosevelt Pinheiro

José Sarney



Roosevelt Pinheiro

Contribuição para construir uma sociedade justa

Lembrando a comemoração, ontem, do Dia do Evangélico no Distrito Federal, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) homenageou, em nome do Partido Republicano Brasileiro (PRB), todos os evangélicos do país, “que têm dado uma contribuição rica para a construção de uma sociedade mais justa”.

O representante do Rio de Janeiro relatou que foi batizado na Igreja Católica, mas conheceu a Igreja Metodista ainda jovem, onde aprendeu a Bíblia. O senador observou que se cumpriu nele o verso do livro de Provérbios que diz: “Ensina a criança no caminho que deve andar, e ainda que seja velho não se desviará dele”.

– A mesma coisa que entendia ao ler as Escrituras quando menino é o que entendo hoje. De tal maneira que, como líder do PRB, quero prestar essa homenagem no Dia do Evangélico a todos que amam o Evangelho, amam as palavras de Cristo, descritas por Mateus, Marcos, Lucas e João e que transcendem o tempo, mostrando o caminho. Eu diria que são o melhor remédio para a alma humana.

Mundo moderno precisa eliminar o preconceito religioso

Heloísa Helena (PSOL-AL) opinou que o socialismo somente poderá se concretizar no instante em que as crianças judias e palestinas passarem a brincar juntas, em vez de aprenderem a jogar pedras umas nas outras.

A senadora lembrou que o Dia do Evangélico foi sancionado há 11 anos pelo então governador do Distrito Federal, o hoje senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ela declarou que nenhuma sociedade poderá se considerar moderna enquanto não abolir o preconceito religioso.

– Os ateus também devem ser respeitados, pois, do mesmo jeito que existem as pessoas que se dizem cristãs e na verdade são canalhas, há também pessoas que não professam nenhuma religião e são boas, têm bom coração e são solidárias.

Em aparte, Patrícia Saboya (PSB-CE) prestou homenagem aos evangélicos e fez uma menção especial à religiosa chamada Irmã Edna, a quem classificou de pessoa cuidadosa e carinhosa.

– Nos momentos de aflição, eu, que sou católica, encontrei na Irmã Edna e em outros evangélicos força, coragem e determinação. Irmã Edna costuma dizer que queria ser minha segunda mãe; eu digo que ela já é – afirmou Patrícia Saboya.

Um fantástico trabalho junto aos jovens da periferia

José Sarney (PMDB-AP) destacou, em seu pronunciamento, o “fantástico trabalho religioso, moral e social” dos evangélicos, especialmente junto aos jovens das periferias das grandes cidades.

O parlamentar opinou que os evangélicos de hoje têm representado, de um certo modo, “aquilo que era a Igreja primitiva, a Igreja dos pobres”, ainda sem especulações filosóficas ou teológicas, mas com ensinamentos cristãos de fácil entendimento.

Sarney declarou ser católico praticante e que sempre se pergunta por que os pastores, os missionários e os padres dedicam toda sua vida à pregação de ideais morais, de bondade e de convivência humana.

O senador lembrou ter conhecido no estado do Maranhão, há 40 anos, o pastor Estêvão, que morreu em acidente que provocou comoção, dizendo que, “se havia um homem santo, esse era aquele homem”.

Tanto José Sarney como Edison Lobão (PFL-MA), que o aparteu, cumprimentaram Marcelo Crivella, que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Lobão informou que a Igreja Universal se encontra atualmente em 135 países.

Senador teme que questão econômica prevaleça no debate sobre dois turnos no ensino fundamental

Cristovam tem pressa em implantar escola de tempo integral

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou, ontem, preocupação com o pedido de análise, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de projeto de lei do Senado que estabelece a jornada integral nas escolas de ensino fundamental. O temor do parlamentar é que a questão econômica prevaleça e que a implantação da medida, prevista para acontecer no prazo de cinco anos, seja adiada.

Ele trouxe o assunto a Plenário um dia após o vice-líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), ter ponderado que o horário integral poderia levar ao confinamento das crianças na escola. Cristovam protestou contra essa declaração e afirmou que a integralidade do horário escolar vai livrar as crianças do confinamento nas ruas ao oferecer atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer.

– O muro da desigualdade e do atraso só será rompido com a escola em tempo integral. É preciso transformar uma necessidade em



Roosevelt Pinheiro

Cristovam diz que proposta elimina muro da desigualdade e do atraso

demanda – defendeu.

Patrícia Saboya (PSB-CE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Paulo Paim (PT-RS) e João Batista Motta (PSDB-ES) saíram em defesa da iniciativa. O projeto (PLS 234/06) foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE), onde teve Cristovam como relator e poderia seguir diretamente para a Câmara se não houvesse o pedido da CAE.

Senadores destacam a atuação de Cavalcanti, que se despede da Casa

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) despediu-se ontem, do Senado, depois de exercer o mandato por 120 dias, em substituição ao senador José Maranhão (PMDB-PB), que se licenciara para disputar o governo da Paraíba.

Cavalcanti agradeceu a confiança e a lealdade de Maranhão, o apoio que recebeu do presidente da Casa, Renan Calheiros, do seu partido e do PMDB, que lhe cedeu vaga de titular nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação (CE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ele destacou a competência do corpo funcional do Senado, especialmente do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, e do secretário da Mesa, Raimundo Carreiro.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou a



Roosevelt Pinheiro

Cavalcanti participou como titular de quatro comissões permanentes

atuação de Cavalcanti na cobrança de reivindicações do estado da Paraíba. Seu trabalho foi também ressaltado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), João Batista Motta (PSDB-ES) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão, disse que Cavalcanti demonstrou na prática que a parceria entre lideranças empresariais e sindicais pode significar entendimento.

CMO vai tentar esgotar pauta de matérias pendentes de votação e concluir o exame dos dez relatórios setoriais referentes ao projeto do Orçamento de 2007

Comissão anuncia esforço concentrado para Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve trabalhar em regime de esforço concentrado na próxima semana. Para tentar esgotar a pauta de projetos pendentes de deliberação, além de concluir o exame dos dez relatórios setoriais referentes ao projeto de lei do Orçamento para 2007, o presidente do colegiado, deputado Gilmar Machado (PT-MG), programou atividades para terça-feira, em reuniões à tarde e à noite, e de quarta até sexta-feira, nos três turnos.

Sem a presença do mínimo de 28 parlamentares, Machado ficou sem condições de abrir a reunião programada para a manhã de ontem. Ao fazer esse anúncio, o deputado disse que seriam contabilizadas as faltas. Ao evidenciar que estaria ocorrendo obstrução, advertiu, ainda, que pedirá a substituição dos parlamentares que ultrapassarem os limites de faltas previstos no regimento da CMO – três ausências consecutivas e seis alternadas.

– A obstrução é legítima, mas o regimento também é legítimo – justificou o deputado.

Créditos orçamentários

A pauta da reunião da CMO agendada para ontem previa o exame de 16 projetos do governo com solicitação de abertura de créditos aos orçamentos de diversos ministérios e de



Parlamentares do colegiado terão ritmo intenso de trabalho de terça a sexta-feira

empresas estatais. Uma das propostas (PLN 10/06) trata de pedido de crédito suplementar de R\$ 6,56 bilhões em favor dos ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Na Previdência, o crédito vai cobrir benefícios previdenciários, em razão do aumento do valor médio ter sido superior ao previsto no Orçamento vigente. No Ministério do Trabalho, além de despesas com o seguro-desemprego, os recursos irão garantir o pagamento de abono salarial, por conta do aumento do salário mínimo e do número de beneficiários. Na pasta do Desenvolvimento Social, o crédito dará cobertura a gastos com dois benefícios: renda mensal vitalícia e prestação continuada (idosos e

portadores de deficiência).

Outro projeto (PLN 38/06) propõe crédito suplementar no valor total de R\$ 5,88 bilhões aos orçamentos de diversas empresas estatais. O grupo Petrobras é favorecido com a maior parte da previsão para novos gastos – somente a *holding*, com R\$ 3,4 bilhões. O projeto abre também espaço para investimentos de R\$ 87,7 milhões pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Portuária (Infraero), bem como pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern).

Na próxima semana, as reuniões da comissão serão abertas às 10h (de quarta a sexta-feira), e às 14h30 e 18h (de terça a sexta), sempre no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

Reestimativa garante R\$ 4,7 bi para emendas coletivas

Os dez relatores setoriais encarregados de examinar as emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária para 2007 vão contar com recursos totais de R\$ 4,79 bilhões para atender aos pedidos de inclusão de novas despesas por meio das propostas coletivas (de bancadas e comissões). Com a distribuição desse montante, o relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), cumpre dispositivo do parecer preliminar que determina a distribuição de 60% dos recursos resultantes da reestimativa de receitas aos relatores setoriais.

Aprovado na quarta-feira pela Comissão Mista de Orçamento, o relatório de reestimativa colocou à disposição do relator mais

R\$ 9,073 bilhões para emendas ao projeto. Mas parcela desse montante foi reservada para fazer frente a desonerações tributárias que venham a ser definidas entre o Congresso e o governo para o próximo ano. Tal parcela ficou à parte, portanto, do cálculo da distribuição aos relatores setoriais. A correção da tabela do Imposto de Renda em 3% comprometerá cerca de R\$ 420 milhões (renúncia de receitas). Há ainda negociações para desonerações sobre bens de capital das empresas, como parte de medidas para acelerar a economia em 2007. Está sendo avaliada a concessão do estímulo ao redor de R\$ 1 bilhão.

Reforço

Os gastos setoriais são normal-

mente reforçados pelo relator-geral durante a elaboração do relatório final ao Orçamento, o que depende de acertos posteriores, inclusive em torno de pleitos adicionais dos ministérios. Por isso, parte dos recursos da reestimativa fica ainda reservada.

Da parcela distribuída aos relatores setoriais, somente para atendimento das emendas coletivas, a maior fatia – R\$ 785,2 milhões – ficou com a área de infraestrutura. Para o setor, onde estão as despesas do Ministério dos Transportes, foram direcionadas 110 das 671 emendas coletivas. Em emendas individuais, foram computadas 8.141 proposições, a maioria (2.894) direcionada à área da saúde.

Gabeira vai ouvir delegado da PF antes de fazer relatório sobre dossiê

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), sub-relator da CPI dos Sanguessugas, vai se reunir na próxima quarta-feira com o delegado da Polícia Federal (PF) Diógenes Curado, responsável pelo inquérito que apura o escândalo da compra de um dossiê destinado a incriminar políticos do PSDB. Gabeira está relatando a investigação da própria CPI sobre o episódio do dossiê, que teria sido oferecido à campanha de reeleição do presidente Lula pelo chefe da chamada máfia das ambulâncias, Luiz Antônio Vedoin.

Segundo Gabeira, Diógenes foi convidado pela CPI a esclarecer contradições entre os depoimentos dos diversos envolvidos no escândalo que já foram ouvidos pela comissão: Jorge Lorenzetti, chefe do setor de risco e mídia da campanha de Lula, considerado na prática um “setor de inteligência”; e seus comandados Expedito Veloso, Gedimar Passos Pereira e Oswaldo Bargas. Também participaram da operação, abortada em 15 de setembro pela PF, o empresário de Cuiabá Valdebran Padilha, intermediário entre o grupo e Vedoin, e o então assessor de imprensa da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda.

Vedoin, sócio-proprietário da empresa Planam, pagava propinas a parlamentares e prefeitos para que ambulâncias fossem vendidas a preços superfaturados e pagas com recursos originários de emendas ao Orçamento da União.

O grupo liderado por Lorenzetti foi pego quando finalizava a compra de informações que, segundo Vedoin, comprometiam os ex-ministros da Saúde José Serra (PSDB), então candidato ao governo de São Paulo, e Bargas Negri, sucessor de Serra e atual prefeito de Piracicaba (SP). Segundo os petistas, foram prometidos documentos e imagens

mostrando que Serra e Negri haviam colaborado com a máfia, ao facilitar a liberação de recursos orçamentários às prefeituras e organizações de interesse social.

Afirmações inverossímeis

Gabeira preferiu não adiantar os pontos a serem esclarecidos com Diógenes Curado, mas disse ter motivos para considerar inverossímeis muitas das afirmações dos membros do grupo, que foi batizado por Lula de “alopradados”. Todos eles negam que estivessem negociando a compra das informações, embora tenham dito que o dossiê – afinal nunca encontrado – tinha-lhes sido oferecido por quantias que foram baixando de R\$ 20 milhões até R\$ 2 milhões. Lorenzetti sustentou na comissão a versão de que o grupo prometera “assistência jurídica” a Vedoin, então supostamente preocupado com a possível perda de benefícios que havia conseguido do juiz federal Jefferson Scheneider dentro do programa de delação premiada.

Na madrugada de 15 de setembro, Gedimar e Valdebran foram presos no hotel Ibis, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão. Gedimar afirmou à CPI ter recebido o dinheiro de “um tal de Andre”, embora estivesse esperando os documentos que seriam enviados por Vedoin. Não se sabe por ordem de quem, entregou R\$ 1 milhão a Valdebran. Ocorre que as câmeras do serviço de segurança do hotel flagraram a entrada de Hamilton Lacerda no Ibis, em duas ocasiões, uma delas pouco antes das prisões de Gedimar e Valdebran, com malas e sacolas.

Gabeira, que declarou já não ter mais esperanças de que a CPI possa ser prorrogada até janeiro, está se defrontando ainda com a dificuldade em descobrir a origem do dinheiro. Até agora, a Polícia Federal conseguiu apenas rastrear algumas operações de câmbio, nas quais se registram uma parte dos US\$ 248 mil que integram a quantia encontrada no hotel.



Sub-relator da CPI, Fernando Gabeira (à esq., de pé) quer esclarecer contradições

Mozarildo sugere adoção de um marco regulatório para as ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) chamou, ontem, atenção para a necessidade de um marco regulatório específico para o terceiro setor. Segundo o senador, a atual regulamentação sobre o assunto é “insuficiente ou mesmo inconsistente”. Ele disse que há muitas organizações não-governamentais (ONGs) sérias e, por isso, observou, é preciso “separar o joio do trigo”.

O parlamentar defendeu, entre outras medidas, a criação de um cadastro nacional das ONGs e a exigência de que as entidades do setor sejam qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), para que possam receber verbas públicas.

– Em 2005, mais de R\$ 2,5 bilhões, em valores corrigidos, foram repassados pelo Tesouro Nacional a entidades privadas sem fins lucrativos – ressaltou ele.

O senador mencionou pesquisa

realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indica que a participação dos recursos movimentados por essas entidades no produto interno bruto (PIB) havia aumentado de 1,5%, em 1995, para 5,7% em 2002.

Segundo o parlamentar, as ONGs – que representam uma das modalidades de entidade privada sem fins lucrativos – dependem cada vez mais dos recursos públicos. Isso ocorre, argumentou ele, devido à transferência de ações (que deveriam ser executadas pelo Estado) para essas organizações.

CPI

Mozarildo participou ontem do 2º Fórum Senado Debate Brasil, cujo tema é “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”. No evento, além de defender o marco regulatório, ele lembrou sua atuação, entre 2001 e 2002, como presidente da CPI que investigou a atuação das ONGs no país.

Ideli defende que a prestação de contas é obrigação, “até porque, ao fazer um convênio ou conceder isenção, o Estado abre mão de recursos que deveria aplicar em áreas essenciais”



Valdir Agapito, a moderadora Luiza Mônica, Benjamin Zymler, Silvio Lung e o debatedor Fernando Antunes discutem sobre terceiro setor

Repasse de verba pública a ONGs deve ser fiscalizado, afirma Ideli

Ao abrir o painel sobre o financiamento de organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), no 2º Fórum Senado Debate Brasil, cujo tema é o terceiro setor, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a fiscalização dos repasses de verbas públicas para essas entidades.

Na opinião de Ideli, tanto para incentivos fiscais concedidos a empresas quanto para convênios do poder público com entidades do terceiro setor, a imposição republicana da correta aplicação dos recursos públicos exige necessariamente a prestação de contas, “até porque, ao fazer o convênio ou conceder a isenção, o Estado abre mão de recursos que deveria aplicar em áreas essenciais”.

Após a introdução de Ideli, Sil-

vio Rocha Sant’Ana, superintendente da Fundação Grupo Esquel Brasil, apresentou dados relativos ao terceiro setor no Brasil. Ele observou que, mesmo havendo consenso sobre a importância das ONGs e a necessidade de aumentar a transparência no seu financiamento, existem inúmeros problemas, como o fato de 67% estarem localizadas nas regiões mais ricas do Sudeste e Sul, além de 62% atuarem apenas nos setores de educação e saúde.

Discorreram ainda sobre o tema do financiamento para o terceiro setor Adilson Vieira, secretário-geral da rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), e Malu Nunes, diretora-executiva da Fundação Boticário.

Desafio da transparência

No segundo painel, intitulado “Fiscalização e Controle Social: O Desafio da Transparência”, o

ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), relatou a experiência do tribunal em auditorias em várias ONGs. Ele enfatizou a necessidade das entidades beneficiadas por verbas públicas cumprirem regras de direito público e se capacitarem para realizar licitações através de pregão eletrônico.

Sílvio Iung, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, entidade responsável pela certificação de ONGs e Oscips, discorreu sobre a política de assistência social no país e sobre o funcionamento dos conselhos de assistência social.

Valdir Agapito Teixeira, secretário de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU), tratou da transferência de recursos federais, na forma de convênios, subvenções e auxílios, às entidades do terceiro setor.

Senado lança livro e DVD sobre Ciência Política

Será lançado na próxima quarta-feira, às 18h, no Salão Nobre do Senado Federal, o primeiro volume das Edições Unilegis de Ciência Política. O volume inicial, com o título *Introdução à Ciência Política*, é acompanhado de dez videoaulas sobre o tema para curso de educação a distância disponibilizado em DVD.

O evento dá continuidade às ações educacionais da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e conta com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O livro é um roteiro didá-

tico para estudos preliminares necessários à compreensão do desenvolvimento do pensamento político, abrangendo as origens da Filosofia Política clássica e o surgimento da Sociologia Política entre o fim do século 19 e início do século 20, até o que constitui a Ciência Política hoje.

O livro também aborda aspectos essenciais da Ciência Política, como instituições, recursos, processos e fins, conforme a proposta do professor Philippe Schmitter. O conteúdo da obra e as aulas estão a cargo do consultor e cien-

tista político professor Octaciano Nogueira Filho.

Segundo os organizadores do evento, o objetivo desse projeto do Senado, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro e da Unilegis, é atuar junto à comunidade legislativa e aos cidadãos em geral para informar e esclarecer a respeito do papel do Parlamento e de outras instituições políticas, socializar e gerar novos conhecimentos, aperfeiçoando a compreensão sobre as teorias do universo político aplicadas na prática legislativa.



Mozarildo (centro) participa de debate no Fórum “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”

Especialistas apontam deficiência da legislação sobre o terceiro setor

“As entidades sem fins lucrativos e as organizações não-governamentais precisam ser reconhecidas pelo poder público de forma muito clara para que os doadores e voluntários tenham cada vez mais orgulho de participar e vontade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.” A avaliação foi feita ontem pelo procurador da Justiça do Distrito Federal José Eduardo Sabo Paes, no último dia do 2º Fórum Senado Debate Brasil, que discutiu o tema “Terceiro Setor – Cenários e Perspectivas”.

Já o diretor-geral da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), José Eduardo Saavedra Durão, atribuiu as deficiências na legislação sobre o terceiro setor à inexistência de um paradigma que considere as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

– A ausência de um paradigma ou de uma filosofia relativa ao assunto faz com que nós nos debatamos com uma legislação casuística, incongruente e contraditória.

Embora considere que o crescimento das ONGs seja fruto da redemocratização do país, iniciada em 1985, o consultor jurídico do Grupo Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Eduardo Szazi, ressaltou que o aumento do número dessas não pode levar à incongruência legislativa.

Já o diretor do Departamento de Justiça, Classificação de Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, José Eduardo Elias Romão, defendeu a criação de um cadastro das ONGs e salientou que a legislação diversa sobre o setor prejudica a atuação dessas entidades.

Em destaque, a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher



Mulheres são a maioria dos presentes na sessão solene ocorrida no Plenário da Câmara dos Deputados



Serys (E), a embaixadora da Suécia, Margareta Winberg, e Cristovam na cerimônia realizada pelo Congresso

Sessão solene celebra combate à violência contra a mulher

O Congresso Nacional realizou ontem, no Plenário da Câmara dos Deputados, uma sessão solene para celebrar a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e em comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher – 25 de novembro. A sessão foi aberta pela senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), a primeira a discursar.

Todos os oradores destacaram leis e ações de combate à violência contra a mulher e pediram

maior empenho das autoridades na aprovação de novos projetos, na liberação de recursos e no cumprimento da legislação para punir agressores.

Participaram também da cerimônia a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; a secretária de Direitos Humanos e Segurança do Cidadão da prefeitura do Recife, Carla Menezes; e os embaixadores da Síria, Alli Diab, e da Suécia, Margareta Winberg.

Serys citou vários casos ocorridos no país de violência contra as

mulheres cometida pelos próprios maridos e pediu “tolerância zero à violência contra a mulher”. Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o combate a esses atos deve ser feito especialmente por meio da educação, para que desde a infância haja respeito às mulheres.

Também compareceram as deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Iara Bernardi (PT-SP) – que presidiu parte da sessão – e os deputados Eduardo Campos (PSB-PE), Fernando Ferro (PT-PE) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Serys: atitudes criminosas ignoram respeito entre os seres humanos

Serys Silhessarenko ressaltou, em seu pronunciamento na sessão solene de ontem, que a violência contra a mulher cria uma visão de mundo equivocada, que, no seu entender, ignora as regras de respeito mútuo entre os seres humanos.

– É uma atitude grave, criminosa, que insiste em desconhecer barreiras – observou.

Para a senadora, o 25 de novembro é uma data que sugere não somente uma reflexão sobre o tema, mas também um alerta a todas as autoridades. Ela lembrou também que, ao longo dos anos, tem-se verificado, no Brasil, um crescimento de iniciativas com o objetivo de combater a violência contra a mulher, frisando que o Congresso tem permanecido atento ao seu dever de formular normas legais para “coibir os recorrentes abusos verificados”. Serys ainda destacou a Lei Maria da Penha (11.340/06), que

cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Educação gera respeito

O senador Cristovam Buarque afirmou que todo tipo de violência precisa ser combatido com repressão, mas disse acreditar que, por meio de grandes campanhas de educação, a serem veiculadas nas escolas, será possível educar as crianças para, no futuro, o país ter uma sociedade que trate com carinho e respeito suas mulheres, onde não haverá necessidade de repressão.

Para Cristovam, a violência contra a mulher no Brasil está presente em lares pobres e ricos, mas naqueles existe um adicional de violência que não pode ser ignorado: a situação precária em que vivem. Ele ainda lamentou que um tema importante como o da violência contra a mulher ainda não tenha sido objeto de um livro de escritor brasileiro.

Nilcéa pede recursos para monitorar nova lei

Durante a sessão solene do Congresso Nacional, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pediu aos parlamentares que destinem recursos, no próximo Orçamento da União, para a criação de um observatório nacional, que terá a finalidade de monitorar a aplicação da Lei Maria da Penha, destinada a prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Nilcéa Freire informou que o observatório nacional se responsabilizará pelo acompanhamento da aplicação da norma em todo o país. A ministra contou ter ouvido da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, que “não há lei mais constitucional” do que a Lei Maria da Penha.

Lúcia Vânia cobra amparo emocional e moral às vítimas

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou o Senado Federal e a Câmara dos Deputados pela realização da sessão solene para celebrar a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e comemorar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

Ela recordou que foi a relatora do projeto que deu origem à Lei 11.340/06, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. A lei recebeu esse nome em homenagem à cearense que ficou paraplégica em decorrência de violência sofrida por parte do marido, que tentou assassiná-la por três vezes. A norma criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres e dispôs sobre a criação dos juzizados de Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher.

Lúcia Vânia destacou a necessidade de os governantes estabelecerem políticas públicas para as mulheres nas áreas de educação, saúde e assistência social. Além da repressão aos agressores de mulheres, acrescentou a senadora, o governo e a sociedade devem privilegiar também o amparo emocional e moral às vítimas.



Lúcia Vânia: governo e sociedade devem dar amparo emocional e moral às vítimas

Paim ressalta luta contra atos violentos e pela emancipação

Paulo Paim (PT-RS) destacou a “grandeza insuperável” das mulheres, sua força e capacidade de superação. Ele as homenageou pela “batalha travada dia após dia” contra a violência e pela ampliação de seus espaços na sociedade.

O senador relembrou a trajetória da emancipação política das mulheres no Brasil, da garantia do direito ao voto, em 1932, à disputa pela Presidência da República, em 2006, que teve a participação da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Ele destacou a criação, no primeiro dia do governo do presidente Lula, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, voltada ao desenvolvimento de ações con-

juntas para a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas, bem como ao estabelecimento das condições necessárias ao exercício pleno de sua cidadania.

Paim citou levantamento do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e do Instituto Patrícia Galvão, segundo o qual o nível de preocupação com a violência doméstica aumentou em praticamente todas as regiões entre 2004 e 2006.

O parlamentar foi aparteado por Heloísa Helena e Patrícia Saboya (PSB-CE). Segundo Patrícia, Paulo Paim demonstra “paixão e sensibilidade”, características, em sua opinião, essenciais aos homens públicos.